



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇONARIA
E A REPÚBLICA VELHA
(1889 – 1930)*

Márson Alquati

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

G002c18

Alquati, Márson, 1972 –

A Maçonaria e a República Velha (1889 – 1930). Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçônica História do Brasil.

19 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. República Velha.

G002c18

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonaria e a República Velha (1889 – 1930)*. In: História da Maçonaria: A Maçônica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: __/__/____.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

SUMÁRIO

I – A MAÇONARIA E A REPÚBLICA VELHA (1889 – 1930)	04
II – A MAÇÔNICA CONSTITUIÇÃO DE 1891	06
III – O PRIMEIRO GOVERNO REPUBLICANO DE DEODORO	08
IV – UMA LONGA SUCESSÃO DE MAÇONS NA PRESIDÊNCIA DA INSIPI- ENTE REPÚBLICA BRASILEIRA, ASSIM COMO NO GRÃO-MESTRADO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL	10
V – BIBLIOGRAFIA	19



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



A MAÇONARIA E A REPÚBLICA VELHA (1889 – 1930)

Nos quinze meses que durou o Governo Provisório – entre 15 de novembro de 1889 e 25 de fevereiro de 1891 – os maçons que estavam à frente dos ministérios dedicaram-se à intensa atividade legislativa.

Conforme observou o historiador e biógrafo oficial de Deodoro da Fonseca, Raimundo Magalhães Júnior¹:

“[...] cada ministério era uma fábrica de leis. Cada ministro valia por um Congresso inteiro. Era preciso suprimir os embaraços, suprir lacunas e substituir as antigas leis feitas no interesse da Monarquia por outras que atendessem às necessidades do novo regime”.

Havia dificuldades de toda natureza pela frente, a começar pela falta de quadros republicanos para ocupar os postos-chaves da administração e a pouca experiência dos novos governantes.

Durante o período da República Velha – 1889 a 1930 – assistir-se-ia a um *“changez de place”* na Presidência da República entre dois grupos maçônicos principais e antagônicos entre si: a matriz positivista militar conservadora de Benjamin Constant e o núcleo civil liberal do Estado de São Paulo.

O final desta época culmina também com a grande cisão do “Grande Oriente do Brasil” de 1927, considerado por muitos o início do declínio institucional da Maçonaria brasileira, que perdura até os dias atuais. Se antes de 1927 a história da Maçonaria estava imbricada com a história do Brasil, para não dizer que eram a mesma; a partir de então as duas se separaram².

A República Velha

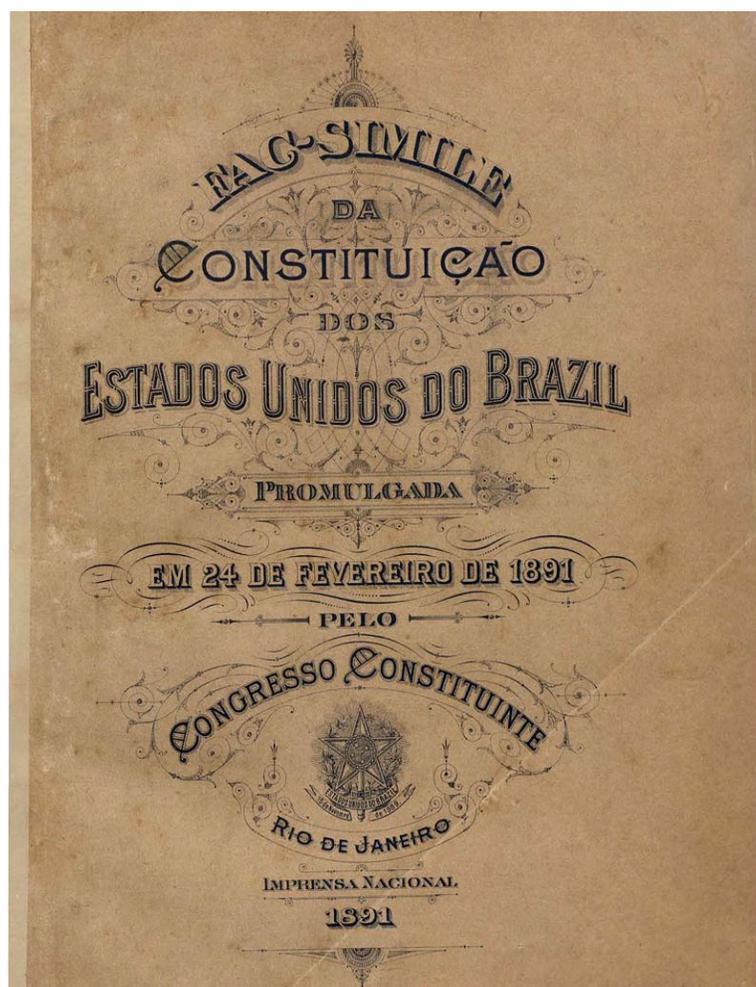


Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto

¹ MAGALHÃES (1957, p.105).

² (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA CONSTITUIÇÃO DE 1891



Em 03 de dezembro de 1889, dezoito dias após a Proclamação da República, foram nomeados cinco juristas, todos membros da Maçonaria, para fazerem parte de uma comissão presidida pelo maçom Saldanha Marinho e que seria encarregada de elaborar o projeto da nova Constituição Brasileira. A comissão elaborou três pareceres que, depois de fundidos e editados pelo maçom Rui Barbosa, resultaram no projeto que no ano seguinte seria submetido à Assembleia Constituinte formada por representantes de todos os Estados da federação³.

³ BELO (1976, p.69).

Exatamente um ano depois da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1890, foi instalada a Constituinte, composta por 205 membros, dos quais a maioria era formada por maçons e militares, cujos trabalhos passaram a ser dirigidos pelo maçom Prudente de Moraes, líder republicano paulista – que quatro anos depois se tornaria o primeiro presidente civil da República.

E no dia 24 de fevereiro de 1891, o país finalmente adotava a sua nova Constituição Republicana, de inspiração liberal e próxima do modelo norte-americano, cujas principais novidades eram:

- O Brasil convertia-se em uma República Federativa constituída por vinte estados autônomos e um Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, onde funcionaria a sede do Governo até que se construísse uma nova capital, no planalto central do país.

- Definição e separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, que deveriam ser harmônicos e independentes entre si.

- O chefe do Poder Executivo, o Presidente da República seria eleito a cada quatro anos, sem direito à reeleição. Todos os brasileiros natos, homens e maiores de 35 anos poderiam concorrer ao posto.

- Fim do voto censitário. As eleições seriam por sufrágio universal e secreto, onde tomariam parte todos os cidadãos do sexo masculino, maiores de 21 anos, com exceção dos mendigos, analfabetos, soldados e religiosos de ordens monásticas.

- Extinção do Padroado, do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado Vitalício.

- Garantia dos direitos relativos à liberdade, à segurança individual e à propriedade.

- Garantia aos direitos de associação, de representação junto aos poderes públicos, de locomoção e de inviolabilidade de domicílio.
- Separação entre Igreja e Estado. O Estado passou a ser laico através do decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890.
- Instituição da liberdade religiosa, da liberdade de imprensa e da liberdade de tribuna, independentemente de censura prévia.
- Instituição do Casamento Civil e laicização dos cemitérios.
- Criação do Código Penal Brasileiro.
- Reforma do Código Comercial.

O PRIMEIRO GOVERNO REPUBLICANO DE DEODORO



A 24 de fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte aprovava e promulgava a primeira Constituição da República, a qual instituiu o presidencialismo, o laicismo e o federalismo.

Dois dias depois, a Assembleia elegia os governantes definitivos, colocando, portanto, fim ao Governo Provisório, que marcara a etapa de transição. Uma das chapas que se apresentaram à eleição tinha como candidato à presidência, o Marechal Deodoro da Fonseca, Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, e, como candidato à vice-presidência, o também maçom Almirante Eduardo Wandenkolk, enquanto a chapa de oposição era encabeçada pelo maçom Prudente de Moraes tendo, como candidato a vice-presidente o Marechal Floriano Peixoto que, por sua vez, igualmente era maçom.

Deodoro venceu por estreita margem de votos – 129 a 97 –, enquanto Floriano derrotava Wandenkolk. A partir de então a Marinha iria contestar o Exército que detinha as rédeas da República⁴.

Aqui cabe um adendo: naquela época, os candidatos disputavam as eleições de forma independente e não através de chapas eletivas como acontece hoje em dia, de forma que os candidatos à presidência disputavam entre si, do mesmo modo que os candidatos à vice, sendo eleitos os que obtivessem a maioria dos votos, independentemente de partidos ou chapas.

Ao assumir o posto, Deodoro encontrou um Parlamento hostil, que só o elegera sob a ameaça de intervenção armada. Não poderia, portanto, governar com ele. E o dissolveu, a 03 de novembro de 1891. Com isso, perdeu todos os apoios, inclusive nos meios militares, pois uma ditadura seria uma mancha muito grande para um regime republicano que ainda engatinhava e que procurava sua consolidação.

⁴ (CARVALHO, 2016).

E quando, a 23 de novembro, o almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado Riachuelo, declarou-se em revolta, em nome da Armada, Deodoro, encontrando-se só, renunciou para não desencadear uma guerra civil, entregando o governo ao seu substituto constitucional, Floriano Peixoto⁵.

Gravemente doente, Deodoro morreu nove meses mais tarde, em agosto de 1892.

***UMA LONGA SUCESSÃO DE MAÇONS NA
PRESIDÊNCIA DA INSIPIENTE REPÚBLICA
BRASILEIRA, ASSIM COMO NO GRÃO-MESTRADO
DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL***



Deodoro, desencantado com tudo, renunciou também ao Grão-Mestrado do “Grande Oriente”, em carta de 18 de dezembro de 1891.

⁵ (CARVALHO, 2016).

No plano social, os maçons, diante dos incontáveis problemas surgidos com a acelerada industrialização do País, principalmente no Estado de São Paulo, começavam a tratar dos interesses do nascente operariado industrial, ainda sem organismos protetores.

A 30 de junho de 1892, realizavam-se novas eleições para o Grão-Mestrado do “Grande Oriente do Brasil”, sendo eleito Macedo Soares.

Enquanto tudo isso ocorria, internamente, no âmbito externo político-social, os maçons, como toda a sociedade, em geral, enfrentavam tempos agitados. Existia um conflito entre os maçons militares positivistas do Estado do Rio de Janeiro e os maçons civis, principalmente do Estado de São Paulo. Após um período de conflitos civis e armados, Floriano entregou o poder, no final do seu mandato ao seu sucessor paulista, o irmão Prudente de Moraes, que era o principal representante das oligarquias rurais e, portanto, do federalismo, enquanto que os militares positivistas retornavam à caserna, finda que estava a espinhosa missão de consolidar o regime⁶.

Em junho de 1893, com o país ainda às voltas com a “Revolução Federalista” e a “Revolta da Armada”, fundou-se no Rio de Janeiro, sob a liderança do maçom Francisco Glicério, o “Partido Republicano Federal”, resultante de uma fusão do “Partido Republicano Paulista” com os clubes republicanos estaduais, a maioria sob influência da Maçonaria da época. O programa do partido defendia a volta aos princípios consagrados na Constituição de 1891, com ênfase nas liberdades individuais e na autonomia dos estados (incontestável prova da influência maçônica). Na ocasião decidiu-se também lançar o nome do maçom Prudente de Moraes como candidato à Presidência da República, escolha ratificada pelos delegados republicanos em 25 de setembro de 1893.

⁶ (CARVALHO, 2016).

Eleito com 276.583 votos contra 38.291 de seu principal adversário, o mineiro Afonso Pena, o maçom Prudente de Moraes entrou para a história como o primeiro Presidente civil da República Federativa do Brasil⁷.

Obviamente houve, durante esse conturbado período, certa confusão entre as classes mais politizadas da nação, incluindo-se a Maçonaria.

Enquanto uma parte do mundo maçônico, encontrada, principalmente, entre os oficiais das forças armadas, apoiava quase integralmente os atos de Floriano, outra facção, ligada à política regional e às oligarquias rurais, promovia revoltas, como a guerra civil do Rio Grande do Sul, envolvendo os parlamentaristas do maçom Silveira Martins e os presidencialistas, liderados por Júlio de Castilhos, que tinha o apoio de Floriano.

Terminado o governo do Irmão Prudente de Moraes, o poder permaneceria, pacificamente, nas mãos das oligarquias rurais – como, de resto, ocorreu até 1930 – com a eleição do Irmão Campos Sales, expoente da Maçonaria de São Paulo, cujo governo foi caracterizado pelo grande realismo na política econômico-financeira do maçom Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda⁸.

Em 1898, tivemos dois maçons concorrendo à Presidência da República, cargo para o qual acabou sendo eleito o mineiro Campos Sales, com 174.578 votos contra 16.534 votos feitos pelo seu opositor, o paranaense Lauro Sodré. E Campos Sales, outro maçom, se tornou o segundo Presidente civil da República Federativa do Brasil⁹.

Em fevereiro de 1901, realizadas novas eleições, no “Grande Oriente do Brasil”, era eleito, para o cargo de Grão-Mestre, Quintino Bocaiúva, que no dia da Proclamação da República, cavalgou ao lado do Marechal Deodoro, e tendo como adjunto Henrique Valadares, discípulo na Escola Militar de Benjamin Constant.

⁷ GOMES (2015, p.374).

⁸ (CARVALHO, 2016).

⁹ GOMES (2015, p. 378).

A matriz positivista mantinha o seu controle sobre o “Grande Oriente do Brasil”. Quintino Bocaiúva, apesar de todo o trabalho efetuado, não podia se dedicar integralmente ao Grão-Mestrado, pois fora eleito e, a 31 de dezembro de 1900, empossado no cargo de presidente do Estado do Rio de Janeiro, para um mandato de três anos, o que fez com que, em várias ocasiões, ele fosse substituído por Henrique Valadares. Mesmo assim, concluiu seu mandato no “Grande Oriente”, com grande saldo positivo, a 21 de junho de 1904, entregando o malhete de supremo mandatário da Maçonaria brasileira ao general Lauro Sodré, positivista, Senador da República por vários mandatos, candidato à Presidente da República contra o Irmão Campos Sales, e secretário de Benjamin Constant quando este ocupou a Pasta da Guerra.

Esta matriz positivista, juntamente com os maçons, também positivistas, do Estado do Rio Grande do Sul, entraria em conflito com os Presidentes da República da época, egressos da Maçonaria liberal e civil do Estado de São Paulo. Lauro Sodré seria até mesmo preso, enquanto Grão-Mestre do “Grande Oriente”, no encouraçado Deodoro por quase seis meses.

Na política republicana brasileira, nessa década, entre outros maçons, sobressaiu-se o filho do Visconde do Rio Branco, o Barão do Rio Branco, Patrono da Diplomacia brasileira, que, em 1902, fora nomeado, pelo presidente-maçom Rodrigues Alves, ministro das Relações Exteriores do Brasil, ocupando o cargo até sua morte, em fevereiro de 1912, durante os governos dos irmãos Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (todos maçons), com grande destaque na resolução dos litígios com as nações limítrofes¹⁰.

Em 1903, o maçom Rodrigues Alves, como presidente da República, através de outro maçom, o Barão do Rio Branco, comprou o Acre da Bolívia.

¹⁰ (CARVALHO, 2016).

Para isso, foi assinado o “Tratado de Petrópolis”, cujas negociações foram dirigidas pelo Barão do Rio Branco, definindo os limites entre o Brasil e a Bolívia, cabendo ao Brasil a posse do Acre. A Bolívia recebeu uma compensação no valor de 2,9 milhões de libras esterlinas, além da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré¹¹.

No final do governo do Presidente e Irmão Rodrigues Alves era eleito, para a presidência da República, o mineiro Afonso Pena, iniciando a alternância São Paulo – Minas Gerais no poder, na chamada política “café com leite” – em alusão aos principais produtos produzidos pelos dois estados. Tendo sido eleito por uma coligação dos partidos situacionistas – os verdadeiros donos da política da época –, que se havia oposto a um candidato da preferência de Rodrigues Alves, Afonso Pena encontraria o Congresso comandado por uma maioria liderada pelo senador Pinheiro Machado, líder político e maçônico, o que fazia supor que os problemas sucessórios deveriam ser submetidos, necessariamente, à apreciação desse grupo, composto por uma maioria de maçons de diversos Estados.

Tendo surgido a candidatura do igualmente maçom Davi Campista, em 1908, suscitando grande resistência, pois ele se proclamava um intervencionista, o grupo liderado por Pinheiro Machado esposou a candidatura do maçom e militar Hermes da Fonseca, que, em sua gestão no Ministério da Guerra, criara fama de grande administrador.

Ocorreria, então, o falecimento de Afonso Pena, no auge da crise, com a conseqüente ascensão, ao poder, de Nilo Peçanha, também líder maçônico, o qual viria a ser Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, de 1917 a 1919.

Em torno dele, iria se fixar o cenário político em relação à candidatura do Irmão Hermes da Fonseca, general e sobrinho de Deodoro da Fonseca, o que provocou, pela primeira vez na história da República, uma séria candidatura de

¹¹ ARQUIVO NACIONAL (2012, P.22).

oposição, por meio de Rui Barbosa. Hermes, todavia, seria eleito, pois tinha o apoio dos principais Estados¹².

Fato corroborado pelo Arquivo Nacional¹³, conforme segue:

“[...] No meio da dificuldade para eleger um candidato, surgiu o ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. Hermes era gaúcho, militar, mas republicano, membro da Maçonaria e sobrinho do primeiro presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca”.

À propósito, Hermes da Fonseca também era maçom.

Terminado o período de Hermes da Fonseca, os nomes mais cotados para a Presidência da República eram os do Irmão Pinheiro Machado e do Irmão Rui Barbosa: todavia, um acordo, entre os partidos republicanos dominantes de São Paulo e Minas Gerais traria à baila o nome do vice-presidente da República, o maçom Wenceslau Brás, o qual foi eleito sem oposição, enquanto o mundo se debatia na Primeira Guerra Mundial.

Concomitantemente, com a eleição de Lauro Sodré para governador do Estado do Pará, seria eleito Grão-Mestre do “Grande Oriente”, Nilo Peçanha em primeiro de junho de 1917.

E o Brasil entraria na guerra a 26 de outubro do mesmo ano.

No governo da República, acabado o mandato de Wenceslau Brás, em 1918 era eleito, para um novo mandato presidencial, Rodrigues Alves, que viria a falecer antes de tomar posse, o que fez com que o vice, Irmão Delfim Moreira assumisse até julho de 1919. Como este, cansado e doente, não tinha condições de comandar a política nacional, foi eleito, para completar o quadriênio, Epitácio Pessoa, que teria de enfrentar graves crises políticas.

¹² (CARVALHO, 2016).

¹³ ARQUIVO NACIONAL (2012, p.35).

Em 1919, a política maçônica, liderada por Nilo Peçanha, foi geralmente de oposição ao presidente Epitácio Pessoa, pois Nilo havia indicado Rui Barbosa para completar o período governamental de Rodrigues Alves.

Essa posição seria mantida, embora com menor intensidade, durante o Grão-Mestrado do general Thomaz Cavalcanti de Albuquerque, que viria a suceder a Nilo Peçanha no G.O.B., quando este renunciou ao seu mandato, a 24 de setembro de 1919.

Enquanto o ambiente político estava agitado, diante da nova eleição presidencial e dos episódios que, supostamente, envolviam Arthur Bernardes, a situação do “Grande Oriente” também não era tranquila, pois iniciava a década com nova cisão, provocada por uma eleição fraudulenta¹⁴.

Com a morte, a 28 de janeiro de 1921, do Grão-Mestre Adjunto Luís Soares Horta Barbosa realizou-se novas eleições, a 25 de abril daquele ano, para o preenchimento do cargo vago.

A 03 de março, havia se realizado, no Rio de Janeiro, uma convenção para a escolha do candidato ao cargo; nessa reunião, com pouco mais de 40 convencionais, surgiram duas candidaturas: a de Mário Marinho de Carvalho Behring, sustentada por uma pequena maioria, que detinha o poder no “Grande Oriente”, e a do general José Maria Moreira Guimarães.

Com o apoio de São Paulo, que não se fizera representar na convenção, Moreira Guimarães obteve a maioria dos votos.

Manipulando, todavia, os dados, a junta apuradora anulou votos de ambos os lados, mas principalmente os do general, de tal maneira que Behring acabaria sendo eleito.

¹⁴ (CARVALHO, 2016).

Como se verá mais adiante Behring será o responsável por uma das maiores cisões que sofrerá o G.O.B. no século XX e que perdura até os dias atuais.

Ao final da gestão do general Thomaz Cavalcanti, Nilo Peçanha era indicado, mais uma vez, para o Grão-Mestrado. Os acontecimentos políticos do País, nesse agitado período, todavia, acabariam por tornar inoportuna sua candidatura – ele fora, inclusive, ilegalmente preso, apesar das suas imunidades como senador da República –, fazendo com que elementos ambiciosos saíssem da sombra e iniciassem o trabalho de intriga, visando galgar os altos postos do “Grande Oriente do Brasil”.

Os elementos que ambicionavam o Grão-Mestrado estavam ligados ao Ministério da Justiça de Artur Bernardes, então ocupado pelo maçom João Luís Alves. A 20 de maio de 1922, Mário Behring seria eleito Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, com o beneplácito de João Luís Alves. Enquanto isso ia agitado o ambiente político nacional, com a publicação das cartas, atribuídas Arthur Bernardes – e que se verificou, depois, serem falsas –, contendo insultos ao Exército. Liderando a revolta contra as cartas, encontrava-se o Clube Militar, presidido então por Hermes da Fonseca, o que provocaria a reação governamental, com o fechamento do Clube e a prisão de Hermes, fatos que provocariam o maior conformismo das forças armadas e a revolta do Forte de Copacabana, a 05 de julho de 1922, no episódio conhecido como “os dezoito do Forte”, que iniciou a mística do movimento conhecido como “tenentismo”, e que iria assumir o poder com o golpe de 1930.

Eleito e empossado na Presidência da República, Arthur Bernardes teve um dos mais agitados períodos presidenciais, só comparáveis ao de Floriano, governando, praticamente, sob estado de sítio e intervenção federal nos Estados, embora combatido por alguns poucos destemidos, como o maçom Nilo Peçanha, ex-Grão-Mestre do “Grande Oriente”.

Em seu governo, eclodiu, em São Paulo, a revolta de 05 de julho de 1924 – durante a qual as Lojas Maçônicas foram fechadas – revolta essa chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes e sufocada em 22 dias.

No mesmo ano, em outubro, estouraria, no Rio Grande do Sul, outro movimento rebelde, liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes, que, juntamente com os remanescentes da revolta paulista, formou a “Coluna Prestes”, que realizaria a marcha de 30 mil quilômetros pelo interior do Brasil, sempre perseguida pelas forças governamentais¹⁵.

Enquanto o “Grande Oriente do Brasil” passava por uma grave convulsão interna, o País, depois do agitado período de Arthur Bernardes na Presidência, iria conhecer um tempo de relativa tranquilidade, com a ascensão, à Presidência da República, do maçom Washington Luís Pereira de Sousa, em 1926.

O governo de Washington Luís seria tranquilo até 1929 quando a grande crise mundial, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, trouxe problemas econômicos ao País, com o grande aumento dos estoques de café, em uma situação agravada pela recusa do governo em auxiliar, financeiramente, a lavoura em crise.

Era o começo do que no ano seguinte resultaria em mais uma revolução.

Desvende mais sobre a **“Maçônica História do Brasil”** nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

¹⁵ (CARVALHO, 2016).

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO NACIONAL. **Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff**. 5ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: O Arquivo, 2012.

BELO, José Maria. **História da República, 1889-1954**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976.

CARVALHO, Willian Almeida de. **Pequena História da Maçonaria no Brasil**. Site Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/>>. Acessado em 08/02/2016.

GOMES, Laurentino. **1889: Como Um Imperador Cansado, Um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. 1ª Edição – 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Globo S.A., 2015.

MAGALHÃES, Raimundo Júnior. **Deodoro: A Espada Contra o Império**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1957.